



**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO
GLOBAL DE OBRA de IMPLANTAÇÃO e
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA...**

1- PREAMBULO:

A **MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA**, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 771/2014, publicada no Diário do Município, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal de Tenente Portela, exarada em 20/10/2014, protocolada sob o nº 771, de 20/10/2014, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público para o conhecimento dos interessados que **às: 14:00 horas, do dia: 12/08/2015**, na sede da Prefeitura Municipal situada à Praça Tenente Portela, 23, se reunirá a Comissão de Licitações com a finalidade de Receber Propostas em atendimento ao Objeto desta TOMADA DE PREÇOS, **tipo: Menor Preço GLOBAL**, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os procedimentos da Lei nº: 8.666/93 e suas alterações.

2 - DO OBJETO:

a) - A presente licitação na modalidade de tomada de preços tem por objeto a **contratação de Empresa Habilitada junto ao CREA/CAU para:** Execução indireta, em regime de empreitada por **preço global** (materiais, equipamentos, ferramentas mão de obra e Serviços), *tipo* "Menor Preço Global"

Implantação de Sistema Coletivo de Captação, Armazenamento e Distribuição de água na Localidade de Alto Cordeiro de Farias, em conformidade com o Projeto Técnico em anexo a este edital. Referente Convênio firmado com o MDA - PRONAT - Contrato Nr. 1013.914-96/2013 - Administrado pela GIGOV de Passo Fundo - RS, de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenv. Rural.

§1º >> A Emissão de **""ÍNICIO DE OBRAS""** *{ por parte da Administração Municipal }* será **EMITIDO "SOMENTE"** pós a análise, e **""AUTORIZAÇÃO DE ÍNICIO""** emitido pela GIGOV - Passo Fundo-RS ;

NOTA >> Até a presente data **NÃO TEM** Recursos disponíveis em Conta Corrente específica a este Convênio, **SALIENTA-SE** que, em caso de não haver o depósito dos recursos por parte do Ministério em virtude de iniciativa do Governo Federal ou do Ministério, o Convênio e o Contrato deste Município com a Licitante Vencedora **SERÁ RESCINDIDO sem QUALQUER tipo de CUSTAS ADICIONAIS** a ambos os lados, o simples ATO de PARTICIPAR deste Processo Licitatório a Licitante ASSUME a Concordância com todas as Normas e Exigências atribuídas neste edital e seus anexos;

2.1 – DA EXECUÇÃO, ÍNICIO dos SERVIÇOS / OBRA :

a) - A **EXECUÇÃO dos SERVIÇOS/OBRAS** objeto deste Edital, **deverá** ser **conforme MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTAS** elaborado pelo(a) Engenheiro(a) Projetista;



b) – A Execução da Obra objeto deste certame DEVERÁ ter o Acompanhamento Responsável Técnico, com registro no CREA e ou CAU;

c) – A Ordem de Início das OBRAS / SERVIÇOS SERÁ emitida conforme descrito no Parágrafo 1º da cláusula 2 (do objeto);

I - Quando do **RECEBIMENTO da ORDEM DE INÍCIO DE OBRAS a CONTRATADA terá o prazo de 10 (DEZ) dias para dar INÍCIO** a execução dos Serviços/Obra e o descumprimento do prazo incidirá a aplicação de penalidade prevista neste edital;

II – **O Prazo para início da execução PODERÁ ser** Prorrogado por período de no Máximo 5 (CINCO) dias, **uma única vez, mediante SOLICITAÇÃO da** Contratada, devidamente fundamentada, cuja aceitação fica a critério da Administração Municipal, tendo em vista que existe prazo legal para apresentação de 1º boletim de medição;

d) – O Prazo para EXECUÇÃO do objeto é de 06 (SEIS) meses, descontados somente os impróprios para trabalho, devidamente registrados no Diário de Obras, que deverá ser visado pelo Responsável Técnico da Contratada e pelo Engenheiro do Município ;

e) – A Entrega DEFINITIVA dos SERVIÇOS/OBRA objetos deste edital, SE DARÁ após VISTÓRIA e EMISSÃO de LAUDO de CONCLUSÃO por parte da DEPARTAMENTO de ENGENHARIA do MUNICÍPIO e de Técnicos do GIGOV de Passo Fundo - RS;

f) – Havendo constatação de que o objeto não está executado em conformidade com o Projeto de Engenharia (Memorial Descritivo, Plantas e Planilha Orçamentária) a CONTRATADA DEVERÁ realizar, sem custo para o Município, todas as correções e adequações que forem consideradas necessárias para o fiel cumprimento do Projeto de Engenharia.

2.2 – DAS EXIGÊNCIAS, RESPONSABILIDADES (ART/RRT/CEI) e GARANTIA :

a) – Os materiais utilizados na execução da obra/serviços objeto deste edital, **deverão ser de 1ª linha,** novos e que atendam as ""características"" exigidas pela INMETRO, CONFEA, NBR.

b) - A obra, serviços objeto desta Licitação TERÃO Garantia Integral de no Mínimo de 5 (cinco) anos contra qualquer defeito, mesmo após ocorrido sua aceitação pelo Contratante.

c) - A Contratada DEVERÁ recolher e apresentar ao Município, no PRAZO de até 3 ((TRÊS)) dias, após a **ASSINATURA DO CONTRATO,** a ART e/ou RRT de Execução dos Serviços;

d) - A Contratada DEVERÁ efetuar a MATRICULA da OBRA junto ao INSS, **no prazo de no máximo 30 (trinta) dias,** após a Emissão da Ordem de Início;

d.1) - NÃO SERÁ liberado a Contratada Pagamentos oriundos desta Obra, sem a APRESENTAÇÃO dos Documentos que trata a alínea ""c e d"" desta cláusula.

2.3 - DA VISITA TÉCNICA :

a) - A Empresa interessada em PARTICIPAR deste Processo Licitatório, PODERÁ efetuar VISITA TÉCNICA ao Local das Obras **SE ASSIM DESEJAR , AGENDANDO visita** através do Fone: 55-3551-1454 / 1452 **com o** Departamento de Engenharia do Município, a Visita DEVERÁ ser **AGENDADA com ANTECEDÊNCIA** de 01 (um) dia e DEVERÁ ser realizada até **06/08/2015.**



2.4 - DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS :

a) – Será de Responsabilidade da CONTRATADA os Equipamentos e Ferramentas NECESSÁRIOS para a EXECUÇÃO da obra, salvo aqueles que EVENTUALMENTE estejam INDICADOS no Projeto de Engenharia como de execução de Responsabilidade da Administração Municipal de Tenente Portela;

b) - Será de inteira Responsabilidade da Contratada, o fornecimento dos Equipamentos de Segurança (E.P.I), estabelecidos por lei e exigências do M.T.B, aos Funcionários da obra e a fiscalização do uso destes, bem como, deverá utilizar Andaimos confeccionados nas normas da ABNT e do MTB;

b.1) - Em caso infrações as normas de uso dos equipamentos de segurança e proteção, ou ainda, eventual acidentes, pelo NÃO USO dos Equipamentos de Segurança ((E.P.I)) ou Andaime, a Contratada terá inteira responsabilidade e Responderá por estes, tanto na área Civil, Criminal e Trabalhista.

c) - Será de responsabilidade da Contratada a SINALIZAÇÃO da obra e a PROIBIÇÃO de Entrada no Canteiro de Obras de terceiros, não ligados à empresa ou ao departamento de engenharia e de fiscalização do Município;

3 - DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1. Estão impedidas de participar de qualquer fase deste procedimento licitatório pessoas jurídicas que se subsumirem em uma ou mais das seguintes situações:

a) não comprovarem sua condição de empresa legalmente constituída, e não demonstrarem, através de seu contrato e/ou estatuto social, que o objeto da empresa é compatível com o objeto da presente licitação;

b) estiverem cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por este Município;

c) estiverem declaradas inidôneas nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital;

d) estiverem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, ou, ainda, sob regime de recuperação judicial;

e) consórcios ou grupo de empresas, seja qual for a forma de constituição;

f) que possuam sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores do Município;

g) que apresentarem o mesmo responsável técnico para mais de 01 (uma) empresa participante deste certame;

h) que tiverem a mesma pessoa física representando mais de 01 (uma) empresa, ainda que credenciada por procuração pública;

i) que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra firma que esteja participando desta licitação;

j) cujo(s) sócio(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) o(s) autor(es) do(s) projetos básico, de arquitetura e executivos.

4 - DO REPRESENTANTE LEGAL

4.1.Cada licitante far-se-á representar por seu titular ou mandatário constituído e somente estes serão admitidos a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo representado.

4.1.1. O constituinte deverá comprovar, através da apresentação do contrato social/estatuto da empresa, que tem poderes para outorgar o mandato.



4.2. O representante legal deverá identificar-se e apresentar procuração ou documento equivalente que comprove poderes para praticar, em nome da interessada, todos os atos referentes ao certame.

4.3. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

4.4. A não apresentação dos documentos de credenciamento ou a incorreção destes, não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder por ela nesta licitação.

5 - DO RECEBIMENTO dos ENVELOPES e da APRESENTAÇÃO da PROPOSTA :

a) – O recebimento dos Envelopes 1 “Documentação” e 2 “Proposta”, contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, **dar-se-á até as: 14:00 horas do dia 12 de Agosto de 2.015**, no Setor de Licitações desta Administração, situado no endereço acima indicado.

b) - **As propostas serão recebidas** em uma via, e devem ser apresentadas em valor global conforme **ANEXO 1**, preferencialmente em papel timbrado da empresa e/ou no Próprio modelo do ANEXO 1 deste EDITAL, com **ASSINATURA e CARIMBO da EMPRESA, e INSTRUÍDA DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e de DEMONSTRATIVO FINANCEIRO**, que deverá ser elaborada em conformidade com a Planilha Orçamentária e Demonstrativo Financeiro elaborada pelo ENGENHEIRO(A) PROJETISTA, DEVENDO SER **assinada em sua última folha e rubricadas nas demais se existentes**, pelo representante legal da licitante e pelo Responsável Técnico da empresa, sem entrelinhas, rasuras ou borrões.

c) - O licitante deve entregar dois envelopes distintos, fechados e com a seguinte descrição:

Ao
Município de Tenente Portela (RS)
Tomada de preços nº: 20/2015
Envelope nº 01- DOCUMENTAÇÃO
NOME DA EMPRESA:

Ao
Município de Tenente Portela (RS)
Tomada de preços nº: 20/2015
Envelope nº 02- PROPOSTA
NOME DA EMPRESA:.....

6 - DA PARTICIPAÇÃO :

Este Processo é exclusivo para empresas Cadastradas junto ao Município de Tenente Portela - RS, como Fornecedora junto ao Departamento de Compras e Licitações.



6.1 Para participar desta licitação, o licitante **NÃO CADASTRADO** ou **COM CADASTRADO VENCIDO**, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL de TENENTE PORTELA, setor de LICITAÇÕES** deverá **EFETUAR SEU cadastrado ou atualização** como **Fornecedor do Município** de Tenente Portela, **até o 3º dia útil anterior** a data estabelecida por este edital para **RECEBIMENTO dos ENVELOPES**, junto ao Setor de Licitações, sito a Praça Tenente Portela, 23 - Centro - Sub-solo, Fone: 55-3551-1452/1454, Email: administrativo@tenenteportela.rs.gov.br.

6.1.1 **O Cadastro de FORNECEDOR {Certificado Cadastral} emitido pela Prefeitura Municipal de Tenente Portela/RS, Setor de Licitações, quando da Abertura** dos Envelopes deste Processo Licitatório **deverá estar com validade**, igual e ou **superior a data marcada para abertura deste certame**.

6.1.2 Para evitar irregularidade cadastral, solicita-se que os Licitantes **SOLICITEM, previamente à data de abertura do certame** cópia de sua situação cadastral.

§1º - O Certificado Cadastral VENCIDO {{com data validade vencida}} na DATA Prevista Para o RECEBIMENTO dos ENVELOPES deste Processo Licitatório AUTOMATICAMENTE ""DESCLASSIFICARÁ"" o Licitante.

6.2 Caso alguma certidão do **Certificado de Registro Cadastral junto ao Município de Tenente Portela** esteja com o prazo de validade **expirado/vencido ou irá expirar/vencer** até a data prevista para **abertura dos envelopes de habilitação** deste CERTAME LICITATÓRIO, a licitante **DEVERÁ** regularizá-lo, junto ao Setor de **Licitações** deste Município, PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO CADASTRAL ""ATUALIZADO"" **OU PODERÁ** ANEXAR (grampear) A CERTIDÃO REGULAR ao seu **CERTIFICADO CADASTRAL**.

§1º - Caso o Documento vencido também esteja exigido na Cláusula 4 deste edital (Documentação para Habilitação), não se fará necessária sua Apresentação de forma ""Duplicada"", podendo constar apenas dentro do envelope documentação;

6.2.1 - A Empresa enquadrada nos Benefícios da Lei Complementar 123/2006 {{Direitos das M.E, E.P.P}}, e que solicite tal benefício a CPL, mediante a devida comprovação de seu enquadramento, tanto para fins de REGULARIDADE DO CADASTRO, quanto para HABILITAÇÃO, **DEVERÁ anexar ao Certificado cadastral do Município** cópia da(s) da(s) Certidão VENCIDA, caso em lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Certidão ATUALIZADA e com regularidade, somente em caso de ser VENCEDORA do Certame Licitatório.

6.3 - Para efetuar o cadastro junto ao Município, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

6.3.1 - Habilitação jurídica

- a) Cédula de Identidade dos diretores ou sócios;
- b) Registro comercial no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.



6.3.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do:: **ESTADO e do MUNICÍPIO** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda:: **FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Seguridade Social {{ INSS}}, demonstrando situação regular no cumprimento de encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço(FGTS).
- f) Certidão negativa Trabalhista.

6.3.3 - Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da empresa vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.3.4 - Habilitação Técnica:

- a) - **Certidão Pessoa Jurídica junto ao** CREA ou CAU;
- b) - **Certidão Pessoa Física junto ao** CREA ou CAU, do responsável técnico pela empresa;

6.4 Os documentos poderão ser apresentados nos originais ou em fotocópias, sendo que as cópias deverão ser autenticadas por um tabelião, ou por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de documentos disponibilizada via da Internet.

7 – DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

7.1 O envelope nº 01 deverá conter os seguintes documentos:

- a) – **Declaração de que não emprega Menor**, cfe. Artº 7º do Inciso XXXIII (modelo anexo);
- b) – **Certificado de Cadastro junto ao Município de Tenente Portela – RS**, **válido na data da abertura deste**;
- c) **Declaração de Enquadramento da Empresa** como: M.E, E.P.P e ou Cooperativa - (**Termo de Opção**) - { modelo anexo }.
- d) - **Carta de Credenciamento ou Procuração, caso** representada por representante legal não Sócio/Não proprietário, e **DESEJAR** Pronunciar-se no ""Ato"" / Certame {{ Modelo em Anexo }};
- e) **Certidão junto ao CREA** {{ conselho regional de engenharia }} e/ou junto ao **CAU** {{conselho de arquitetura e urbanismo }} **da Pessoa Física e da Pessoa Jurídica**



f) - Atestado de capacidade técnica da Empresa, **registrado no CREA e/ou CAU**, **fornecido por** pessoa jurídica de direito público ou privado, **que executou**, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível e/ou Similar com o ora licitado *{{ pavimentação asfáltica ou revestimento asfáltico, etc...}}*, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ão) ser de obra(s) já concluída(s). O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no CREA / CAU, de conformidade com o artigo 30, inciso II, parágrafo 1º. da Lei nº. 8.666/93. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar, no mínimo, os seguintes dados: objeto, local, nome do responsável técnico (engenheiro civil), número da ART / RRT e quantitativos cada serviço;

f.1) – O Atestado de capacidade técnica, nos termos da regulamentação do CONFEA, **poderá ser substituído** por **Atestado** do **Profissional Responsável Técnico** pela Empresa, devidamente registrado perante o CREA/CAU.

g) Termo de Renúncia CASO a LICITANTE ""Optar"" pela **RENUNCIA** após Fase de Habilitação para a **ABERTURA dos ENVELOPES das PROPOSTAS. O termo poderá ser APRESENTADO no ATO da sessão inclusive Assinado no ATO, caso o Representante Legal POSSUA PODERES para tal, {{ Modelo em Anexo }};**

i) Declaração de Parentesco em conformidade com o Anexo 9 do edital;

j) Declaração de Enquadramento j/ CNAE (modelo em anexo "Anexo 10");

k) Declaração de Atendimento do Decreto Nr. 7893/2013 (modelo em anexo "Anexo 11").

§1º >> **O responsável técnico detentor do Atestado de** Capacidade Técnica, DEVERÁ ser o Responsável Técnico perante o CREA/CAU pela Empresa Licitante ;

§2º >> **No transcorrer da obra, a substituição do Engenheiro Civil / Arquiteto Responsável** Técnico somente será aceita pela fiscalização do Município mediante o cumprimento de todas as exigências do presente edital, inclusive em relação aos atestados técnicos, devendo a licitante, também, recolher ART / RRT referente à obra.

8 – DA PROPOSTA:

O envelope nº 02 deverá conter a proposta financeira {{ ANEXO 1 do Edital}} e, Planilha Orçamentária e Planilha F. Financeiro / Cronograma Financeiro {{ em conformidade com a elaborada pelo Engenheiro Projetista}} com:

a) Indicação dos valores unitários e totais dos ITENS da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e, o Valor TOTAL no ANEXO 1 {{{ PROPOSTA FINANCEIRA}}}, (onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.)), até a sua entrega ao município, em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e com as características adequadas a sua finalidade;

9 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES :

a) - A abertura dos Envelopes "DOCUMENTAÇÃO", contendo a documentação de Habilitação DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, dar-se-á no local estabelecido no preâmbulo.



Havendo a concordância da comissão de Licitação, e de todos os proponentes habilitados (empresas participantes habilitadas), **formalmente expressa pela assinatura do termo de Renúncia**, renunciando à interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura dos envelopes "B", contendo a Proposta de Preço, dos proponentes habilitados e Cadastrados no Município de Tenente Portela – Depto de Licitações.

b) O início da **abertura dos Envelopes 1 "Documentação"**, *dar-se-á às: 14:00 horas do dia: 12/08/2015*, na Sala de Licitações desta Administração Municipal, localizada no endereço acima indicado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva ATA ou TERMO de RENÚNCIA, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 2 "Proposta", contendo as Propostas de preço dos proponentes habilitados.

c) - A inabilitação do licitante e a renúncia de recurso importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes. Após a fase de habilitação, não caberá desistência da proposta;

d) - Quando todos forem inabilitados, poderá a Administração fixar o prazo de 03 (três) dias úteis à apresentação de nova documentação.

e) - Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de outra, escoimada das causas que ensejaram a desclassificação;

9.1 - Observações:

a) Caso a licitante não seja cadastrada ou não tenha informado no seu cadastro a informação de ser M.E e ou EPP e ou COOPERATIVA e desejar fazer uso dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, a comprovação de enquadramento da empresa deverá ser anexada no envelope da proposta ou da documentação(Documento Emitido pela Junta Comercial e/ou outro que comprove a situação de ME / EPP / Cooperativa e/ou Declaração conforme anexo a este edital).

b) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para sua entrega;

c) Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório;

d) Os preços já deverão estar onerados dos impostos e deduzidos de eventuais descontos ou vantagens, frete CIF.

e) A Empresa Vencedora obriga-se a Indicar um Responsável Técnico/Engenheiro Civil o qual responderá pela Empresa e pela Obra.

f) Quando da entrega da Obra a mesma deverá estar limpa e totalmente acabada.

g) A Empresa vencedora deverá seguir rigorosamente Memoriais Descritivos da Obra elaborados por Engenheiro Projetista que fazem parte deste.

h) Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização da abertura do certame na data prevista, a licitação ficará



automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

10 - DO PROCEDIMENTO:

10.1 Recebidos os envelopes, na data e horário designados, a Comissão de Licitações passará à apreciação da fase de habilitação.

10.2 Abertos cada um dos envelopes, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitações, pelos licitantes, e pelas demais pessoas presentes.

10.3 A seguir, a Comissão de Licitações, se, se julgar em condições decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos.

10.4 Ao declarado inabilitado, será devolvido, fechado, o envelope da proposta, contra recibo ou mediante consignação em ata, se não tiver o licitante representante autorizado presente.

10.5 A seguir, a Comissão de Licitações abrirá os envelopes de propostas, rubricando cada folha e colhendo a rubrica dos licitantes presentes, que poderão examinar as propostas.

10.6 Nenhum adendo será admitido nesta fase.

11 - DO JULGAMENTO:

11.1 Ficam estabelecidos, como critérios de julgamento das propostas, no interesse do serviço público, as condições de **MENOR PREÇO GLOBAL**, relativos aos objetos do presente Edital, na escolha da proposta mais vantajosa para o Município de Tenente Portela -RS.

11.2 Em caso de empate de duas ou mais propostas, e não havendo empresas que se enquadrem no disposto na Lei Complementar nº 123/2006, será obedecido ao disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes presentes, prevalecendo este também em caso de empate entre empresas M.E e ou EPP e ou Cooperativa.

12 - DOS RECURSOS:

a) - Após cada fase da Licitação, os autos do processo ficam automaticamente com vistas aos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos;

b) - Os recursos referentes à Habilitação, à Inabilitação e Julgamento das Propostas, terão efeito suspensivo. Estes recursos serão admitidos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação do ato, ou seja da lavratura da ata ou da publicação do resultado .

c) - Os recursos serão dirigidos ao Prefeito o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13- DO PREÇO MÁXIMO:

13.1 O preço máximo aceito pela Administração para o objeto deste certame é de R\$: 207.583,00. As propostas com valor global superiores estarão automaticamente desclassificadas.



15 - DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS e de M.E.Is :

Sobre o Valor COTADO "PARA MÃO DE OBRA", por empresas enquadradas como MEI ou Cooperativas TERÁ um ACRÉSCIMO de 20% ((Vinte por cento)), referente a Valor que o Município DEVERÁ recolher a Previdência Social, conforme Lei Vigente, que seguirá as condições abaixo descritas:

a) - Sobre o Valor COTADO para Mão de Obra / Serviços, SERÁ calculado percentual de 20% {{vinte por cento}}, o qual no SOMATÓRIO GERAL a proposta DEVERÁ continuar com Valor a MENOR de outro(s) Licitante(s) NÃO "enquadrado" como MEI {{ se existente}}, caso este NÃO SE CONFIRMAR automaticamente passa-se o Título de Vencedor à Empresa que OBTER o MENOR VALOR;

b) - Quando se Tratar de Processo com VALOR MÁXIMO o Percentual e somatório alcançado com a utilização dos acréscimos descritos na alínea acima "a" desta cláusula, NÃO PODERÁ ser SUPERIOR ao Valor Máximo estipulado;

16 – DO PAGAMENTO e EXIGÊNCIAS PARA ESTE :

a) - O pagamento será Conforme Liberação de Recursos do Ministério das Cidades e da GIGOV de Passo Fundo - RS, administradora do Convênio e, conforme Boletim de Medição efetuado pelo Depto de Engenharia do Município e aprovação dos mesmo pela Secretaria Municipal de SERVIÇOS URBANOS de Tenente Portela – RS, pós Liberações para Pagamento por parte da GIGOV-PF o Pagamento será via Sistema / SINCOV com depósito direto na Conta Corrente da Contratada;

b) - A despesa com o objeto do presente Edital correrá por DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA específica.

05 >> Secretaria de Desenv. Rural

04 > Abastecimento de Água

44,90,51,1072 - Obras e Infraestrutura..

13.1 – DOS DESCONTOS e IMPOSTOS LEGAIS :

a) – Sobre o Valor Cotado PARA MÃO DE OBRA haverá o desconto de 2% (dois por cento) referente a ISSQN/ISS, em cada Pagamento, em conformidade com a legislação tributária {{ L.C.116 -31/7/2003 - Artº 7º - §2º}};

b) – Sobre o Valor Cotado PARA MÃO DE OBRA (planilha orçamentária) pela Contratada terá um desconto de 11% (onze por cento) referente ao INSS (Previdência Social), em acordo com a legislação regulamentadora do tributo;

17- DO CONTRATO e PRAZO para EXECUÇÃO :

a) - O Município convocará a licitante vencedora para assinar o "Termo de Contrato", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei n.º 8.666/93;

b) - Na hipótese de a licitante vencedora não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/93, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições da proposta da licitante vencedora, de conformidade com o § 2º, do art. 64 da lei n.º 8.666/1993,.



c) - Como condição para celebração do Contrato, a licitante vencedora deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) - A empresa vencedora é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo por ocasião do cumprimento do contrato, obrigando-se a indenizar qualquer prejuízo causado;

e) - O presente Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da licitante vencedora farão parte integrante do Contrato a ser firmado entre as partes.

§1º - O **PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA É DE 06 (SEIS) MESES**, a contar do Recebimento da ORDEM de INICIO por parte da Contratada;

§2º - O CONTRATO será formalizado com prazo de vigência de **7 (SETE) Meses**;

§3º - Qualquer pedido de prorrogação de prazo deverá ser solicitado formalmente e devidamente fundamentado, com prazo de antecedência mínima de 20(vinte) dias do término, e somente será deferido em situações excepcionais, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;

§4º >> Em casos de **ADITIVOS de PRAZO contratual**, no qual, o prazo de execução foi ""extrapolado"" única e exclusivamente por ""falhas"" da contratante, o mesmo **TERÁ um CUSTO ADICIONAL de R\$: 150,00** (cento e cinquenta reais) por **ADITIVO**, os quais a contratante **DEVERÁ** recolher junto a Tesouraria do município, que **REFERE-SE aos CUSTOS de PUBLICAÇÃO** junto a Imprensa Nacional (D.O.U);

18 - Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei. Constituem motivo para rescisão do contrato:

a) - **o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações**, projetos ou prazos;

b) - **o cumprimento irregular de cláusulas contratuais**, especificações, projetos e prazos;

c) - **a lentidão no seu cumprimento, levando a contratante a presumir a não conclusão da obra**, do serviço, nos prazos estipulados;

d) - **o atraso injustificado no início da obra**, serviço;

e) - **a paralisação da obra, do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração**;

f) - **a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação** do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admita no edital e no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

g) - **o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução**, assim como as de seus superiores;

h) - **o cometimento reiterado de faltas na sua execução** anotadas na forma do subitem 11.2.1);

i) - **a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores**;

j) - **a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado**;

k) - **a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa**, que, a juízo da contratante, prejudique a execução do contrato;

l) - **o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão**, que caracterizam a insolvência da contratada;



- m) - razões de interesse do** serviço público;
- n) - a supressão, por parte da contratante, de obras,** serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido neste Edital;
- o) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da** contratante, por prazo superior de 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou pública;
- p) - o atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos** pela contratante, decorrentes de obras, serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- q) - a não liberação, por parte da contratante, de área, local** ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais;
- r) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente** comprovada, impeditiva de execução do contrato.

19 - DAS RESPONSABILIDADES e OBRIGAÇÕES :

a) - Caso a empresa proponente vencedora de licitação, não execute total ou parcialmente quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, diretamente ou através de terceiros, hipótese em que aquela empresa responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos direto a contratante.

b)- A Contratada pelo ""simples ato"" de Participar deste Processo Licitatório, declara ter pleno conhecimento do local onde se executará o objeto da licitação, e de suas condições pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

19.1 - A Contratada se obriga:

a) - a substituir, no prazo 05(cinco) dias, pessoa ou empregado cuja permanência no local da execução do objeto da licitação seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

b) - a refazer as suas expensas, quaisquer serviços executados em desobediência às Normas Técnicas vigentes, que forem apontados pelo Departamento de Engenharia do Município;

c) - a remover, após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviço objeto da presente licitação;

d) - a cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho;

e) - a reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da contratante, devendo estas instalações serem submetidas à aprovação desta;

f) - construir e manter seus escritórios, alojamentos e demais dependências, no canteiro da obra, dentro de condições de absoluta higiene;

g) - durante a vigência do Contrato, toda correspondência enviada pela contratada à contratante, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do engenheiro fiscal ou preposto, indicado pelo órgão ou entidade promotora da licitação;

h) - Manter na Obra/Serviços DIÁRIO DE OBRAS anotando dia à dia os serviços executados, que deverá ser visado pelo Responsável Técnico da Contratada, e deverá ser entregue ao Município para fins de liberação dos Pagamentos.



i) Efetuar o recolhimento/pagamento de todas as obrigações e contribuições sociais dos empregados da obra, bem como efetuar o pagamento de todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços, isentando integralmente o Município.

j) Fornecer equipamentos de segurança individual para todos os funcionários, assinar a carteira de trabalho de todos os funcionários que trabalharem na mesma, manter no canteiro de obras o livro "diário de obras" para a fiscalização da prefeitura Municipal de Gramado e demais fiscalização dos órgãos federais;

20 - DAS PENALIDADES:

a) - A recusa da vencedora adjudicatário em assinar o contrato, acarretará na suspensão de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Município de Tenente Portela – RS, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor da proposta;

b) A não apresentação da ART e/ou RRT de execução das obras no prazo de 07(sete) dias e não apresentação da Matrícula da Obra junto ao INSS no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de execução da obra/serviços acarretará a aplicação de multa contratual de 10% sobre o valor total proposta.

b-1 - O atraso na execução do Contrato ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I) – multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma, limitada a 10 % do valor do contrato;

II) – multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços/obra, limitada a 5 % do valor do contrato, ou seja, a 10 dias de atraso, a partir dos quais será considerado como inexecução parcial do contrato;

b.2 – No caso de rescisão contratual, por inexecução ou descumprimento das obrigações contratuais, ficará sujeita as seguintes penalidades:

I) – multa de 20,0% (vinte por cento) do valor do Contrato, por inexecução total do objeto contratado e suspensão do direito de contratar com o Município pelo prazo de 02(dois) anos;

II) – multa de 10,0% (dez por cento) do valor não executado do Contrato, por inexecução parcial (atraso superior a 10 dias e ou paralisação da obra) e suspensão do direito de contratar com o Município pelo prazo 02(dois);

III) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura de Tenente Portela - RS, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

c) Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



d) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

II) manter comportamento inadequado durante a Licitação: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

III) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

IV) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

V) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

VI) As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

VII) Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21 - DA RESCISÃO

O Contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a Contratada, nos casos de:

- a)** – Falência ou liquidação da Contratada;
- b)** – Incorporação, fusão ou cisão da Contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c)** – Transferência a outrem, no todo ou em parte das obrigações decorrentes do Contrato sem a autorização do Município;
- d)** – Manifesta irresponsabilidade por parte da Contratada de cumprir com as obrigações assumidas;
- e)** – Procedimentos irregulares da Contratada, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município ou terceiros;

21-1 – A rescisão do Contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- a)** – Assunção imediata do objeto do Contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- b)** – Responsabilidade da Contratada por prejuízos causados ao Município

22 – DA FISCALIZAÇÃO :

A fiscalização do contrato decorrente da presente licitação estará a cargo da Administração Municipal de Tenente Portela – RS, pela Secretaria Municipal de **DESENV. RURAL**– pela Sr. Ercilio Neckel – Fone: 55-3551-1988, pelo Departamento de Engenharia e Projetos do Município, fone: 55-3551-1452/1454 - Fax: 55-3551-1452 / 1454.



23 – DA PUBLICAÇÕES E ANEXOS :

a) -Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é afixado no local de costume da Prefeitura Municipal De Tenente Portela, D.O.U, Diário Oficial do RGS, Jornal Cidades de P.A, Jornal Folha Popular de T. Portela e Internet (www.tenenteportela.rs.gov.br - publicações oficiais) . Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

1 - Proposta Financeira {{ Valor Extraído da Planilha Orçamentária}}

3 – Carta Credenciamento

5 - Termo de Renúncia

6 - Declaração de Menor

Declaração de ME e ou EPP

Memorial Descritivo em PDF;

Croquis e Plantas em PDF

Planilha Orçamentária do Engenheiro Projetista em PDF;

Planilha Orçamentária LIVRE em Excel

e, demais Anexos que deverão ser apresentado na documentação..

24 - DAS PROPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições desta tomada de preços.

24.2 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e proposta exigidas e não apresentadas na reunião de recebimento.

24.3 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

24.4 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas e apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e o contrato os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitações.

24.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

24.6 A empresa vencedora da presente licitação, se desistir de fornecer o produto licitado, poderá, a critério da Administração, ser suspensa do direito de licitar, pelo prazo de 2(dois) anos, independentemente das medidas judiciais cabíveis.

24.7 Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente Licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamação ou indenização.

24.8 Aplica-se à presente Licitação os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

25 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tenente Portela, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

26 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS :

A ***simples apresentação da proposta***, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.

26.1.– DAS INFORMAÇÕES :



Para maiores Informações sobre a Obra entrar em contato com a Engenheiro Responsável ELIANDRO TIECKER – Fone: 55- 3551-1454 / 1452.

26.2 Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de:

- a) de soma e/ou multiplicação;
- b) falta de data e/ou rubrica e/ou carimbo da proposta e/ou planilha orçamentária poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes de “propostas de preços” com poderes para esse fim; e
- c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de “documentos para habilitação”.

27.3 - FORNECIMENTO DE ELEMENTOS

Maiores Informações junto à Prefeitura de Tenente Portela, sita à Praça Tenente Portela,23, através da Divisão de Compras e Licitações, que fornecerá, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários no horário das 9:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas, ou pelo fone (055) 3551-1454 - Internet / Email: licita@tenenteportela.rs.gov.br.

Tenente Portela, 20 de Julho de 2015.

Elido João Balestrin
Prefeito Municipal

Vista da Assessoria Jurídica

DARLAN V ARGAS
OAB-RS: 71,877

ANEXO 5
TERMO DE RENUNCIA (modelo)

A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Município de Tenente Portela - RS

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem através deste declarar na forma e sob as



Estado do Rio Grande do Sul - Município de Tenente Portela- CNPJ:87.613.089/0001-40
Processo Licitatório - Nr. 120/2015 - Tomada de Preços - Nr. 20/2015

.....
penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que renuncia expressamente do direito
ao prazo recursal referente à **Tomada de Preço Nr. ____ / _____**,
concordando com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelop
es de propostas de preço dos proponentes habilitados.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de 2.015

Assinat. Represent. Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ



ANEXO 6

Para:

Comissão de Licitação {{CPL}}

Município de Tenente Portela - RS

DECLARAÇÃO não EMPREGA MENOR

TOMADA DE PREÇO Nr. ____ / _____ .



Empresa/Razão Social: _____, inscrito(a)
no C.N.P.J. sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal / sócio
_____. Portador da Cédula Identidade Nr.
_____, do C.P.F. n ° _____, DECLARA, para
fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (_____).
_____, ____ de _____ de 2.015

Responsável Legal

>>Carimbo da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

A N E X O 7

>> Tomada de Preços - Nr. _____ / _____..

Dados para Assinatura de Contrato {{ Dados do Responsável Legal que Assinatura ""de Provável"" Contrato}}..

NOME

COMPLETO:



ENDEREÇO

COMPLETO:

C. IDENTIDADE - Nr; _____ C.P.F-
Nr: _____

FONE CONTATO: _____/

EMAIL _____ :

>> CARGO EXERCÍDO::

_____ Sócio _____ Gerente _____ Proprietário _____ Represt. Legal

>> CONTAS BANCARIAS P/ PROVAVEIS PAGAMENTOS {{ em nome da licitante}}:

Banco Nr. _____ - Agência: _____ - C. Corrente Nr. _____

Nome do Banco: _____

NOTA>>>> O Presente Anexo NÃO É DOCUMENTO OBRIGATÓRIO para Habilitação ao Processo Licitatório / Certame, ""solicita-se"" o Preenchimento do mesmo para AGILIZAR os Procedimentos pós licitatório.

ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no Edital de Tomada de Preços nº: _____, declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, **cumpe os requisitos** legais para a **qualificação**



Estado do Rio Grande do Sul - Município de Tenente Portela- CNPJ:87.613.089/0001-40
Processo Licitatório - Nr. 120/2015 - Tomada de Preços - Nr. 20/2015

como **microempresa** ou **empresa de pequeno porte** estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007. **Declaro, ainda**, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

_____, _____ de _____ de 2.015

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

Assinatura e nº CRC Contador e ou Técnico Contábil Responsável

Carimbo do C.N.P.J

ANEXO 9

>DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO <
Tomada de Preços - Nr. _____ / 2.015

A Empresa _____, CNPJ Nr.
_____, sediada a Rua
_____, município de
_____, por intermédio de seu representante



Estado do Rio Grande do Sul - Município de Tenente Portela- CNPJ:87.613.089/0001-40
Processo Licitatório - Nr. 120/2015 - Tomada de Preços - Nr. 20/2015

legal o Sr. _____, Identidade Nr. _____ e _____ CPF _____ Nr. _____

_____, DECLARA para os devidos fins, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. Declara também que não emprega conjugues, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, no âmbito da Administração Pública Municipal dos Poderes Executivos e Legislativo de agentes políticos do Município de Tenente Portela - RS.

Declara ainda que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo seu inteiro teor, sob as penas da lei.

_____, de _____ de 2015

>>Carimbo da Empresa <<

Assinat. do Resp. Legal acima indicado

ANEXO 10

>DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO C N A E -(Lei Nr.12.844/2013)<

Tomada de Preços - Nr. _____ / 2.015

A Empresa _____, CNPJ Nr. _____

_____, sediada a _____ Rua _____, município de _____ de _____, por intermédio de seu representante



Estado do Rio Grande do Sul - Município de Tenente Portela- CNPJ:87.613.089/0001-40
Processo Licitatório - Nr. 120/2015 - Tomada de Preços - Nr. 20/2015

.....
legal o Sr. _____, Identidade Nr.
_____ e _____ CPF _____ Nr.
_____, DECLARA para os devidos fins, que nesta
data o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) fiscal que está
MOVIMENTANDO maior receita na Empresa, é o de Nr. _____, que
corresponde à _____

_____ de _____ de 2015

>>Carimbo da Empresa<<

Assinat. do Resp. Legal acima indicado

ANEXO 11

>DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ao DECRETO Nr. 7983/2013<
Tomada de Preços - Nr. _____ / 2.015

A Empresa _____, CNPJ Nr.
_____, sediada a _____ Rua
_____, município de _____
_____, por intermédio de seu representante



Estado do Rio Grande do Sul - Município de Tenente Portela- CNPJ:87.613.089/0001-40
Processo Licitatório - Nr. 120/2015 - Tomada de Preços - Nr. 20/2015

.....
legal o Sr. _____, Identidade Nr.
_____ e _____ CPF _____ Nr.
_____, **DECLARA** que **CUMPRE** as **REGRAS** e
os **CRITÉRIOS** para a **ELABORAÇÃO** do **ORÇAMENTO** de Referência da Obra que trata
esta **Tomada de Preços** Nr. ____/2015, estabelecidos no Decreto Nr. 7983/2013 de
08/04/2013.

_____, ____ de _____ de 2015

>>Carimbo da Empresa<<

Assinat. do Resp. Legal acima indicado